

ENTREVISTA COM O PROFESSOR ROBERTO LOBATO CORRÊA* **

ROBERTO LOBATO CORRÊA - nasceu no Rio de Janeiro em 1939. Em 1961 formou-se em Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Em 1959 vincula-se ao Conselho Nacional de Geografia. Em 1964 estudou em Strasbourg sob a orientação de Etienne Juillard. Ainda no IBGE toma contato com a Geografia Quantitativa e é contemplado com uma bolsa para cursar mestrado em Chicago sob a orientação de Brian Berry. Nos Estados Unidos toma conhecimento de alguns trabalhos de Geografia Crítica e a partir de 1978 participa no Brasil da Nova fase da Geografia. Aposentado pelo IBGE, leciona na Universidade Federal do Rio de Janeiro e colabora com o mestrado em Geografia da UFSC.

- A Semana de Geografia realizada em maio de 1986 contou com a sua participação. Estamos aproveitando a sua presença em Florianópolis para uma entrevista para a Revista GEOSUL. Começamos com a pergunta clássica, que é a sua biografia inicial, isto é, nascimento, ano, local, família e infância, até a sua entrada no curso de Geografia.

Sou carioca, tendo nascido em 1939 e originário da classe média. Meu pai era professor secundário de História, lecionando na rede oficial de ensino, o Colégio Pedro II e em escolas particulares, como o Colégio São Bento, um colégio religioso onde graças ao fato de meu pai ser aí professor, pude fazer todo o curso secundário, adquirindo uma boa formação geral.

Desde criança gostava de geografia. Lembro-me como gostava de viajar com meus pais e irmãos, de passar as férias na casa de meus avós maternos, em Taubaté, São Paulo. Como gostava de observar a paisagem, como me interessava pela viagem, como apreciava ver as cidades e os campos. Lembro-me ainda que em minha casa em Vila Isabel, no Rio de Janeiro, tinha uma velha enciclopédia portuguesa sobre a qual me debruçava para ler os verbetes sobre cidades, rios, países e ver as fotografias que

*Perguntas formuladas pelos professores Arlene M.M. Prates, Armen Mamigonian, Milton Digiácomo e Odair Gercino da Silva.

**Entrevista originalmente publicada na Revista Geosul nº 2, Ano I, 2ª semestre de 1986.

possuía. Quanto tinha 8-10 anos passava horas e horas, sobretudo nos dias de chuva, analisando um Atlas que havia na minha casa: procurava ver a localização dos países, rios, montanhas e cidades. Aos 10-11 anos orgulhava-me de saber quais eram os 48 Estados norte-americanos, lembro-me ainda de que nesta ocasião, criei um país imaginário que tinha rios, montanhas, cidades, produção agrícola etc.

Deste modo, quando acabei o curso científico tentei entrar para a Escola Naval porque teria a possibilidade de conhecer o mundo. Mas, felizmente, fui reprovado no exame de vista. Tinha pensado também em fazer Engenharia mas desisti logo: não era bom em matemática e me dei conta de que estradas e pontes, que eram coisas que gostava, atraíam o meu interesse não para construí-las, mas sim pelo significado em termos de ligarem lugares.

Resolvi então fazer geografia. Já no terceiro ano de curso científico fui informado de que havia um lugar denominado de Conselho Nacional de Geografia, onde as pessoas faziam algo que eu não sabia muito bem o que era, mas sabia que não era dar aulas no curso secundário.

Em 1958, com 18 anos entro para o curso de geografia da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da ex-Universidade do Brasil, atual UFRJ. Confesso que o primeiro ano do curso foi muito chato, com pouca geografia e, a que havia, era muito desinteressante. Pensei mesmo em fazer um novo vestibular, agora para a geologia.

Em 1959, já no segundo ano do curso, ocorreram alguns eventos que fizeram descobrir a geografia que, de certo modo, imaginara. Primeiramente tive duas professoras que possibilitaram que o meu interesse pela geografia fosse ratificado. Trata-se de Maria do Carmo Corrêa Galvão que lecionava Geografia do Brasil e que era excelente professora, capaz de fazer a gente se entusiasmar quando falava da Geologia do Nordeste, mostrando aquela vasta superfície cristalina que teve seu capeamento sedimentar retirado, permanecendo, por exemplo, a chapada do Araripe. Com ela aprendi a estabelecer a correlação em Geografia, e entendi claramente a correlação no espaço dos diferentes fe-

nômenos. A outra foi Maria Therezinha Segadas Soares, de Geografia Humana, que me despertou o interesse pela Geografia Agrária, campo este que iniciei a minha carreira: sob sua orientação escrevi o meu primeiro trabalho sobre a Colônia de Piranama na Baixada Fluminense. Com estes dois professores encontrei a geografia que imaginara mas que não tinha clareza de como seria.

Em segundo lugar, em 1959, fui ser estagiário no Conselho Nacional de Geografia, um centro de pesquisas importante. Não era difícil entrar para o Conselho, não havendo enorme demanda por parte de estudantes de geografia que eram, aliás, pouco numerosos: a minha turma, que se formou em 1961, era constituída, na formatura, por apenas sete alunos; a turma seguinte era menor ainda.

No Conselho Nacional de Geografia tive a sorte de trabalhar com dois Geógrafos que tiveram uma importância crucial na minha formação. Com eles aprendi a fazer trabalho de campo, fazer mapas temáticos, conheci uma bibliografia mais especializada a que tive acesso e, o que foi importante, recebi deles uma atenção toda especial. São os geógrafos Nilo Bernardes e Lysia Bernardes.

Nilo Bernardes foi discípulo de Leo Waibel e com ele conheci parte do Nordeste. Com Lysia Bernardes trabalhei cerca de cinco anos. O seu interesse, dinamismo e objetividade me contagiaram. A estes dois geógrafos devo parte fundamental da minha formação profissional: os primeiros trabalhos que publiquei na Revista Brasileira de Geografia foram orientados por eles.

O terceiro evento foi o de ter conhecido em 1959 a minha mulher, Zezé, que muito tem me estimulado profissionalmente.

Em 1960 verifica-se o último concurso público realizado pelo Conselho Nacional de Geografia. Era estagiário e fiz o concurso. Passei e estou nele desde então (agora é conhecido entre os geógrafos, depois do desaparecimento do Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística, como sendo o IBGE).

- Voltando à tua formação, à Faculdade Nacional de Filosofia, como era o ambiente cultural no tempo em que, você era estudante? Lembro-me que na Universidade de São Paulo o Antonio Candido do Carmo Sampaio era um ponto de referência, mexia com a cabeça de todo mundo. Como era na Faculdade de Filosofia no Rio de Janeiro?

Bom, entre 1958 e 1961, quando estivemos estudando geografia, a Faculdade de Filosofia, a de Direito e a UNE eram importantes centros de efervescência cultural e política. O ambiente na Faculdade era ótimo; eram contemporâneos meus Carlos Estevam Martins, Helga Hoffmann e outros, que cursavam sobretudo os cursos de Filosofia, Ciências Sociais e História. Nestes cursos lecionavam, entre outros, Maria Ieda Linhares e Darcy Ribeiro. Também o professor Alceu Amoroso Lima lecionava no curso de Letras.

Infelizmente este não era o ambiente do curso de Geografia, que era de um extremo conservadorismo. Os professores, os alunos e naturalmente, o que era lecionado. Acho, entretanto, que isto não era exclusivo da Faculdade de Filosofia: todos os cursos de geografia eram naquele momento, profundamente conservadores (sobre este assunto o Yves Lacoste e outros já comentaram bastante).

Hoje lamento que não tivesse tido maior envolvimento cultural e político no meu tempo de estudante. Quando estava no primeiro ano da Faculdade participei do Diretório Acadêmico mas, no segundo ano, ao ir estagiar no Conselho Nacional de Geografia, às tardes, após as aulas, desliguei-me completamente da vida do Diretório.

Recordo-me, no entanto, das noites de 2ª feira, quando havia uma sessão de cinema patrocinada pelo Diretório Acadêmico: aí eu vim conhecer algumas obras primas do cinema como o Encouraçado Potem Kin. Lembro-me ainda quando, uma noite, Zezé e eu fomos à Esplanada para ouvir os discursos de Fidel Castro e Che Guevara. Notável! Mas isto era algo à parte, que não tinha nada a ver com a geografia (tinha e só fui descobrir isto muito mais tarde). Era como se a geografia fosse uma coisa maravilhosa mas estranha a tudo isto: admirava Fidel Cas-

tro, assistia Francisco Julião falar sobre as Ligas Camponesas, queria a então falada Reforma Agrária mas, geograficamente éramos todos, eu e meus colegas, alienados.

* * * *

- Como você se situa dentro da Geografia? Mais particularmente, a que Escola de pensamento geográfico você se enquadraria?

A minha formação inicial fez-se dentro daquilo que se poderia denominar de "Escola da Paisagem", que tinha dupla raízes: de um lado, uma raiz francesa a partir de Vidal de la Blache; de outro, uma raiz norte-americana a partir da geografia cultural de Carl Sauer (através do catedrático de Geografia do Brasil, Hilgard Sternberg). Mas sobre isto eu só vim a ter consciência muitos anos depois.

No Conselho Nacional de Geografia, através de Nilo e Lysia Bernardes, recebi um pouco da influência de Leo Waibel e da escola de Pierre George, uma escola de geografia econômica e social que se distanciava da escola vidaliana de geografia. Através de Michel Rochefort, via Lysia Bernardes, interessei-me pela geografia urbana. Portanto a minha formação inicial fez-se no âmbito do que se pode denominar de geografia tradicional. Dentro dela iniciei meus trabalhos em geografia agrária e, em breve, em geografia urbana: geografia esta que já continha os germes de uma mudança que se processaria em breve.

Em 1964, já geógrafo do Conselho Nacional de Geografia, fui estudar em Straubourg com o professor Etienne Julliard. A atração pela geografia urbana ratificou-se, agora através dos estudos sobre as relações cidade-campo. Decisivo para mim foram as leituras atentas das Teses de Dugrand sobre a região do Baixo Languedoc, de Kayser sobre a Côte d'Azur e de Labasse sobre as relações entre a burguesia de Lyon e a região lionesa. Entre 1965 e 1970 dediquei-me aos estudos sobre o tema cidade-campo-região no Brasil, tentando aplicar os conhecimentos adquiridos na França.

Em 1969-1970 inicia-se um processo de ruptura com este segmento da escola francesa, segmento este que já continha um germen de estudos sistemáticos. Passo a interessar-me pela nova

moda que chegou de fora, que é a denominada Geografia Teorética e quantitativa. É esta uma longa história.

Por volta de 1966, já numa fase política caracterizada pela ditadura militar, verifica-se a criação, e em breve a difusão, do sistema de planejamento. Sistema este que, sem o Congresso passou a ser forte, instaurando uma era dominada pela tecnocracia. O IBGE, onde nós trabalhávamos, foi envolvido no referido sistema, participando dele através de estudos sobre as regiões homogêneas, regiões polarizadas, pólos de desenvolvimento, áreas-programas etc. A velha geografia de raízes francesas teria que ser abandonada porque não dava mais conta da demanda do sistema de planejamento: não havia mais necessidade dos antigos trabalhos de campo, de observação da paisagem, dos estudos que se fazia que eram agora taxados de acadêmicos.

A mudança na política em geral verifica-se uma mudança na geografia oficial e na esfera do poder entre os Geógrafos do IBGE: aqueles que têm contatos com os poderosos alçam ao poder interno.

Os Geógrafos passam a conhecer outras técnicas. Através de contatos com o antigo SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo do BNH) conhece-se o professor Brian Berry, então consultor do SERFHAU. Estamos em 1968-1969. Conhece-se também, através de outros contatos, o professor John Cole. Berry e Cole introduziram no Brasil a denominada Geografia Teorética e quantitativa, a "nova" geografia. Esta geografia polarizou parte dos geógrafos do IBGE e daqueles de Rio Claro (Faculdade de Filosofia da UNESP). Inclusive eu que, como os outros, víamos na "nova" geografia a possibilidade de afirmar socialmente a geografia através de métodos precisos, do emprego da matemática e de teorias: criticávamos o excessivo empirismo da escola francesa a que atribuíamos um caráter não-científico. A "nova" geografia pareceu-me ser uma via de redenção para a geografia.

Naturalmente isto implicou em um enorme esforço de minha parte: estudar matemática, estatística, inglês, teoria neopositivista e muita teoria geográfica (isto explica também o hábito de ler que me atribuem). Para outros a rejeição à "nova" geografia deu-se porque haveria necessidade de um grande esfor-

ço que não estavam interessados em fazer. Outros, por sua vez, de um modo mais consciente, de raízes metodológicas e políticas, a rejeitaram. Como também outros adotaram a "nova" geografia como meio de afirmação política e em função de um certo reacionarismo.

Envolvei-me com a "nova" geografia. A idéia de elaboração de leis, de normas sobre o comportamento da sociedade no espaço fascinou-me. Fiz algumas traduções dos principais artigos publicados nos *Annals of the Association of American Geographers*, no *Economic Geography* e no *Professional Geographer*. Em 1972, na Assembléia da AGB em Presidente Prudente apresentei um trabalho sobre um método estatístico de definição da hierarquia urbana que foi alvo de enorme discussão.

De certo modo como prêmio pelo meu interesse pela "nova" geografia fui em 1973 fazer o Mestrado na Universidade de Chicago sob a orientação do professor Brian Berry. E lá desbrucei-me em cima de artigos e livros. A minha tese de mestrado, que versava sobre as relações entre a rede de localidades centrais e densidade e renda da população, tinha mais de uma dezena de análises de regressão.

Meu envolvimento com a "nova" geografia estendeu-se de 1969-1970 a 1975-1976. Publiquei alguns artigos no âmbito da "nova" geografia: estão na *Revista Brasileira de Geografia* e datam do período que foi a época de seu apogeu.

Ora, acontece que quando a "nova" geografia começou a chegar no Brasil (1968-1969), começou, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, a sua crítica: a periferia estava, de novo, adotando uma sucata, diferente das sucatas tecnológicas, mas sucata de qualquer modo. Em razão dessa desigualdade espaço-temporal, quando cheguei em Chicago começava a haver um processo crítico na geografia: um dos professores, William Pattinson comenta em uma aula sobre as correntes de pensamento em Geografia, sobre um periódico denominado *Antípode*, criado em 1969, que tratava de uma outra geografia, de uma geografia crítica, radical, que procurava ver o outro lado da sociedade, daquele lado que a geografia francesa tradicional não considerava, e que a "nova" geografia não só não considerava como, através de seu

discurso, justificava práticas que ampliavam mais e mais o fosso entre este lado e o outro, o dos dominantes.

Para mim foi uma surpresa. Dei-me conta do que estava fazendo. Afinal Marx podia ser tratado pelos geógrafos. E estava sendo tratado. Geografia e marxismo não eram, necessariamente, pólos extremos. Eram os geógrafos que assim o faziam. Já em Chicago comecei a colecionar artigos e referências sobre a geografia crítica anglo-saxônica.

Os anos de 1975 e 1976, e ainda 1977 foram dramáticos para mim. Tinha feito um enorme investimento intelectual em alguma coisa que não aceitava mais na íntegra. Tinha pela frente um novo campo no qual me sentia sozinho e sem nenhum conhecimento (como é difícil com a sua cabeça positivista ler dialética, ler materialismo histórico). Mas toquei o bonde. Comecei pouco a pouco a ler e a, efetivamente, mudar a minha cabeça, a superar-me.

Gostaria de fazer agora alguns comentários a respeito. Primeiramente quero dizer que a minha formação, a minha cultura, está apoiada, quer goste ou não, em três eixos: a geografia tradicional francesa e suas derivações, a "nova" geografia e a geografia crítica, com fundamentos no marxismo. Com isto quero dizer que ninguém envolve-se metodologicamente com uma determinada corrente sem que os valores, crenças e atitudes pertinentes a esta corrente deixem de marcar a pessoa. Por mais que ela se esforce para ser outra coisa, ela o será parcialmente. Afinal não se muda de vetor metodológico como se muda de camisa.

Em segundo lugar quero admitir que esta minha passagem por duas correntes geográficas (a geografia tradicional francesa e a "nova" geografia) são-me extremamente úteis. Se não admitisse isto estaria sendo maniqueísta. Permitam-me ver as qualidades e os defeitos de cada uma destas: a ingenuidade mas um certo realismo na escola francesa, a pretensão e a ideologia mas uma precisão na "nova" geografia, a tradicional rejeição do espaço mas a beleza e riqueza do marxismo.

Hoje estou convencido de que a geografia crítica, radical, fundada no marxismo, preocupada com o processo de transformação sócio-espacial do homem, apresenta-se com um fértil poten-

cial para se entender a sociedade em sua dinâmica.

A partir de 1978 começa uma nova fase da geografia brasileira e da AGB. Foi com o Encontro da AGB em Fortaleza, com a volta do professor Milton Santos e a explosão de uma latente efervecência que iniciou-se esta fase atual de geografia brasileira. Orgulho-me de estar participando dela.

* * * *

- Você tem fama de ser um leitor inveterado, de ler sistematicamente. De onde vêm este seu interesse pela leitura?

Olha, eu não sei, posso imaginar talvez que isso venha de minha casa. Meu pai era professor de História e escrevia livros didáticos para a escola secundária: livros de História como de Português, neste caso tratando-se de uma antologia. Em minha casa havia uma razoável biblioteca de literatura e de História. Meu pai dedicava-se também à poesia, assim como outros membros da família. Existia, portanto, uma tradição de leituras. Com 7-8 anos devorava livros e adquirir o hábito da leitura.

Entendia que para ser um bom profissional precisava ler muito. Minhas leituras geográficas iniciaram-se no Conselho Nacional de Geografia e achava que seria necessário uma leitura sistemática para que você pudesse efetivamente dominar um dado tema, incluindo aquilo que foi produzido anteriormente. Quando estive estudando em Strasbourg com o professor Etienne Julliard pude ler bastante, inclusive várias teses francesas que me foram muito úteis. Mais tarde, quando fui estudar em Chicago com o professor Brian Berry, a necessidade de ler mais e mais acentuou-se. E aí vai, talvez, uma observação crítica. Tendo em vista o método da apreensão da realidade, o positivismo, você precisaria acumular muito conhecimento através de leituras sucessivas sobre o mesmo tema. Você deveria ler dezenas de artigos sobre o mesmo assunto até achar que alcançou uma fase de acumulação próxima de zero. Hoje eu vejo que pode ser preferível ler menos, porém coisas mais gerais, assim como a respeito da sociedade em geral, de modo que você tenha uma base para qualquer tema particular.

De qualquer forma este gosto e hábito de leitura (que já foi maior) tem várias raízes: em casa, no trabalho, na Univer-

sidade ou, em outros termos, raízes pessoais, familiares e metodológicas.

* * * *

- As técnicas quantitativas, enquanto instrumentos de trabalho, não são importantes?

Durante algum tempo, entre 1970 e 1975 aproximadamente fui um entusiasta das técnicas quantitativas. Em vários trabalhos adotei algumas delas: análise fatorial, análise de agrupamento, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão e teoria dos grafos, entre outros. Atualmente faço a seguinte reflexão sobre a questão.

Passados mais de 15 anos em que as técnicas estatísticas foram introduzidas, e o seu emprego não se constituindo mais em motivo de longas, e às ásperas discussões, achamos que é oportuno retomar a questão, procurando ver a **adequação** e os **limites** do emprego das mencionadas técnicas em geografia. Com isto queremos resgatar o que acreditamos ser a contribuição efetiva que a quantificação pode dar ao estudo da organização espacial.

As técnicas quantitativas constituem-se em um excelente instrumental para a descrição acurada e precisa da organização espacial. Através das medidas da tendência central (média, moda, mediana), de variabilidade (desvio padrão, coeficiente de variação etc.) de vários algoritmos de agrupamento e da análise fatorial, entre outras técnicas, possibilita a obtenção de **padrões espaciais** das formas criadas pelo homem ao longo da História. Assim, a concentração ou dispersão das formas espaciais, e a semelhança ou diferença delas em unidades territoriais distintas, podem ser detectadas com maior rigor. Neste sentido as técnicas estatísticas possibilitam que se cumpra o papel da derivação importante para o conhecimento.

Entretanto constitui-se em um instrumental inadequado à **explicação** sobre a organização espacial. Com isto queremos dizer que as técnicas que consideram **variáveis dependentes** e **variáveis independentes**, como a análise de regressão, não são adequadas à explicação pelo fato de não haver variáveis dependentes e independentes, mas sim uma intercausalidade entre elas. Intercausalidade entre os diferentes aspectos da realidade so-

cial espacializada. De fato, a tese de dependência e independência entre variáveis admite uma relação linear de causa e efeito, uma relação não dialética, que contraria a lei da interpenetração dos contrários.

Por outro lado, consideramos como falsos os pressupostos subjacentes à designação daqueles tipos de variáveis: trata-se de uma fragmentação da realidade, atribuindo a um ou outro aspecto da realidade um papel de determinação que, de fato, não possui.

Por outro lado ainda, a organização espacial, enquanto fenômeno socialmente produzido, refletindo, portanto, a divisão territorial do trabalho, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de classe, não é possível de ser compreendida a partir de esquemas fundamentados em **processos aleatórios** (Poisson, binomial, negativa etc.). Tais processos são pertinentes quando se considera fenômenos da natureza, nas não fenômenos sociais. A aceitação de que a sociedade é regulada pelas leis da natureza é, antes de mais nada, a aceitação de que a sociedade é natural e tudo o que nela ocorre está fora do controle do homem. Neste sentido constitui-se em uma forma de darwinismo social via quantificação.

Consideramos que a organização espacial é determinada pela divisão territorial do trabalho, pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, pelas relações de classe e ainda, pela presença de formas espaciais herdadas do passado. As contradições entre estes elementos é que determinam as mudanças na organização espacial. Não são, portanto, processos aleatórios que engendram a organização espacial, mas sim processos que emanam da prática social.

Gostaria, a propósito do exposto acima, fazer algumas observações sobre a formação do Geógrafo. Sugiro que no curso de graduação em geografia haja uma cadeira relacionada a estas técnicas. No entanto, os tópicos a serem abordados devem ser aqueles da geografia e não aqueles da estatística - E os tópicos geográficos devem referir-se à **descrição** da organização espacial, não tendo nenhuma pretensão explicativa.

Entre os tópicos geográficos a serem abordados estão a

concentração espacial e a dispersão espacial, a homogeneidade e a diferenciação de áreas, e ainda a integração espacial que se refere ao movimento no espaço de pessoas e mercadorias. Para cada um dos tópicos geográficos a serem abordados considerar-se-á uma ou mais técnicas estatísticas apropriadas.

* * * *

- Você participa há bastante tempo da Associação dos Geógrafos Brasileiros, a AGB, tendo comparecido a muitas Assembléias e Encontros. O que você acha da evolução por que tem passado a AGB? Será que aquelas antigas Assembléias Anuais eram mais proveitosas?

Bom, eu sou de uma geração que participou daquilo que se denomina de AGB tradicional, quer dizer, em 1962, recém formado, fui à Assembléia de Penedo, Alagoas e de lá prá cá praticamente não tenho faltado à Assembléias e Encontros.

A AGB passou por várias fases. Até 1969, com a Assembléia de Vitória, Espírito Santo, as reuniões, até então anuais, e não de dois em dois como agora, reuniam 100, 150, 200 pessoas, entre geógrafos, professores universitários e secundários e estudantes de geografia. Muito pouco quando comparado ao que ocorre atualmente, na verdade a partir da metade da década de 1970. É bom lembrar que: não haviam muitos cursos de geografia, os que haviam eram pequenos, com poucos alunos e não havia ainda uma rede rodoviária asfaltada que permitisse fáceis deslocamentos a grandes distâncias. Deste modo as Assembléias reuniam um número menor de participantes como também estruturava-se de modo diferente.

A Assembléia demorava uma semana. Os primeiros dias concentravam as comunicações livres e teses, estas últimas trabalhos enviados com antecedência e aprovados ou não por uma comissão julgadora: as teses aprovadas eram publicadas na íntegra nos Anais da AGB. Não havia separação temática como hoje há: assim, em uma manhã 4 comunicações eram apresentadas, uma versando sobre geomorfologia, outra sobre geografia agrária, outra sobre transportes e uma outra sobre o ensino. Isto era bom porque todos os participantes da Assembléia, reunidos em uma mesma sala, assistiam a trabalhos de todos os tipos. Isto favore-

cia a uma visão geográfica geral, permitindo saber o que Aziz, Bigarella, Milton Santos, Lysia Bernardes, Nice Muller e outros tantos estavam produzindo: ao mesmo tempo ia se conhecendo os geógrafos novos que iniciavam a carreira, quer estudantes de geografia quer recém-formados.

Durante 3 dias havia os trabalhos de campo. Os participantes da Assembléia eram divididos em 4 equipes, uma para a cidade onde realizava-se a Assembléia e três outras para áreas rurais próximas. Cada equipe tinha um chefe que dirigia os trabalhos e que, após 1 ou 2 dias de trabalho coletivo em gabinete, apresentava para todos os resultados.

Estes trabalhos de campo, parte integrante da Assembléia Anual, e não um apêndice opcional, constituíam-se em verdadeiras escolas de formação de geógrafos. Aprendi muito trabalhando na AGB. Lembro-me da minha primeira AGB, em 1962, realizada em Penedo. Quatro equipes foram formadas: a que estudaria a cidade, chefiada pela Lysia Bernardes, a que estudou a região fumaçeira de Arapuaca, chefiada pela Elza Keller (com Mário Lacerda de Melo e eu como estereante, entre outros), a que estudou a região de Itabaiana, chefiada pelo Milton Santos e a do Baixo São Francisco, estudando a rizicultura inundada: era uma super equipe, com Carlos Augusto Figueiredo Monteiro como chefe, Orlando Valverde e Caio Prado Jr., entre outros.

Esta foi a AGB da primeira fase que conheci: de Penedo, 1962, Jequié, 1963, Poços de Caldas, 1964, Rio de Janeiro, 1965, Blumenau, 1966, Franca, 1967, Montes Claros, 1968 e Vitória, 1969. A década de 1970 viu a mudança dos estatutos da AGB. É sintomático que esta mudança foi paralela a outras mudanças: a ditadura em seu período de maior repressão, o "milagre" brasileiro do começo da década, a geografia quantitativa, a ampliação dos cursos de geografia. Tudo isto levou à necessidade de reformulação da AGB. Já em Vitória houve sessões de geografia física e sessões de geografia humana. A partir de então o número crescente de participantes levou à necessidade de realização dos Encontros em cidades maiores, de porte metropolitano, de não ter mais trabalho de campo (metodologicamente havia até mesmo uma justificativa via quantificação), de ter sessões especializadas e simultâneas, de se ter problemas logísticos com 1000, 1500,

2000 participantes. E que é o pior: os Encontros passaram a ser de dois em dois anos, com um grande espaçamento de tempo.

Objetivamente falando acho que a AGB tradicional era mais proveitosa. Contudo nós temos que ser realistas, e pensar um pouco nas centenas e centenas de estudantes de geografia e professores do secundário que necessitam de um Encontro para aperfeiçoamento. Acho que a AGB atual tem seus méritos, sobretudo porque, através de suas Mesas-Redondas e cursos, tem suprido uma deficiência grave dos cursos de graduação. Portanto, a AGB atual tem um enorme papel social. E esta é uma, não a única, de suas missões. Mas creio que está na hora de se pensar em Encontros Regionais, nos intervalos entre os Encontros Nacionais, em Encontros Temáticos, tanto sobre o ensino no secundário como sobre a Filosofia na geografia. Acho que a AGB pode e deve alargar os seus horizontes, organizando um número maior de reuniões e encontros. O periódico "Terra Livre" que está sendo lançado este ano, é uma das felizes criações da AGB. Que tenha longa vida!!!

De 1970 a 1979 foi o 2º período da AGB. Em 1978 no Encontro de Fortaleza, em pleno processo de "abertura" política, inicia-se novo processo de modificação da AGB. Este processo culmina com a reforma de 1979. Os encontros do Rio de Janeiro em 1980 e os seguintes, foram marcados por algo novo. Este novo não é tanto a participação dos estudantes que participavam da AGB desde a fase "tradicional" da mesma. O novo é a preocupação eminentemente social que está presente nos trabalhos dos geógrafos; o novo é a gestão coletiva com estudantes, professores do ensino médio, superior e geógrafos profissionais decidindo o que e como fazer (a gestão coletiva é uma prática social que se aprende a cada novo dia).

Assim, a AGB tradicional tinha coisas que eram extremamente proveitosas. A de hoje também. Penso, finalmente, na possibilidade de se recuperar e incorporar práticas saudáveis do passado, atualizando-as, e introduzindo-as entre as práticas atuais.

* * * *

- O IBGE, onde você trabalha, está basicamente localizado no Rio de Janeiro. Pergunta-se se não seria uma distorção o

fato de que nos demais Estados ele não passa de um simples coletor de estatísticas e que nunca manteve um setor de pesquisa que podia, evidentemente, enriquecer muito mais o conhecimento da sociedade brasileira.

O IBGE até mais ou menos 1973-1974 constituiu-se simultaneamente em um órgão de estatística, de geografia e de geodésia e cartografia. No passado coexistiam, no âmbito do IBGE, o Conselho Nacional de Geografia que reunia geógrafos e cartógrafos, o Conselho Nacional de Estatística e o Serviço Nacional de Recenseamento que reuniam os estatísticos.

Na década de 1960 e início da seguinte ainda, os geógrafos do IBGE participavam ativamente da comunidade geográfica brasileira através da AGB e através de cursos de aperfeiçoamento tanto para professores secundários como para professores de nível superior: os cursos eram realizados tanto no Rio de Janeiro como nas cidades onde havia cursos de graduação em geografia. Deste modo, o IBGE compensava o fato de ter a sua pesquisa em geografia concentrada no Rio de Janeiro.

No começo dos anos 70 o IBGE vira uma Fundação e adquire outras funções como a de produzir indicadores sociais e econômicos mensais e anuais. Ao mesmo tempo começa a difusão dos cursos de graduação de geografia por todo o Brasil. Os economistas, que desde então passam a dominar o IBGE e alguns geógrafos, passam a admitir que estes cursos devem ser extintos, cabendo este papel à Universidade.

Acho que foi uma perda para os geógrafos do IBGE, como para a geografia brasileira: através desses cursos transmitia-se um conhecimento geográfico que, ao contrário do que se imagina, não é homogêneo, mas profundamente heterogêneo, cunhado em matrizes metodológicas diversas — imaginem, lado a lado, Speridião Faissol, Orlando Valverde, Alfredo Porto Domingues, Pedro Geiger e Nilo Bernardes. Neste sentido, os geógrafos do IBGE constituíam um corpo heterogêneo, como ainda é hoje, e como o são aqueles dos departamentos de geografia das universidades brasileiras.

Acho que seria extremamente útil que houvessem departamentos regionais de pesquisa geográfica nas principais cidades

brasileiras. Pelo menos nas metrópolis regionais. Mas estamos longe disto. Nos anos 80 a questão que se impõe é a de revalorização da Geografia do IBGE, concentrada que está no Ric de Janeiro.

A geografia do IBGE durante os anos 70 desfrutou ainda de algum prestígio, ainda que declinante. E isto na medida em que estava engajada no sistema de planejamento, sistema este relativamente importante (os tecnocratas pretendiam-se substitutos do Congresso). Na medida em que o sistema racional de planejamento desmantelou-se ou foi desativado ao final da década (afinal, efetivamente, não passa de uma ideologia), a geografia do IBGE viu-se órfã. E não apenas a geografia, mas todas as pesquisas sociais não-conjunturais, realizadas por sociólogos, antropólogos, economistas e estatísticos.

Mas para os geógrafos a questão não é apenas de haver uma certa má vontade com a pesquisa estrutural, não-conjuntural. É a de obter legitimidade para as suas pesquisas, porque, de modo geral a sociedade desconhece e não quer conhecer a sua própria dimensão espacial (em parte por culpa dos geógrafos em geral). Talvez porque a dimensão espacial seja verdadeiramente, uma das mais importantes entre aquelas que servem para desvendar as máscaras sociais; ao se colocar em evidência a organização espacial a sociedade de classe fica nua. Os seus defensores não podem permitir isto.

Em função desta negligência em relação à organização espacial os geógrafos são como que postos à margem. No IBGE houve inúmeras aposentadorias de geógrafos e não houve reposição. Há trabalhos engavetados há alguns anos. É extremamente difícil obter recursos para trabalho de campo (uma parte da culpa cabe aos geógrafos que nos anos 70 valorizaram a quantificação e os modelos abstratos em detrimento do trabalho de campo).

Assim, estamos longe de uma difusão da pesquisa geográfica ibegeana. Mas não há que se desanimar.

* * * *

- Como você vê a questão da licenciatura e bacharelado na graduação em geografia?

A geografia, juntamente com outras disciplinas, tem esta

característica de se voltar, de um lado para a formação do professor secundário e, de outro, do pesquisador. Acho que deve haver um núcleo comum, igual para a Licenciatura e o Bacharelado (tal como ocorre na universidade brasileira). A questão que se coloca é de se saber quando deverá ocorrer a separação: a partir de que ano ou semestre ocorrerá a separação, cada um seguindo disciplinas distintas e pertinentes.

Qualquer que seja a resposta (não me sinto à vontade para aprofundar esta questão), acho que é de fundamental importância que, tanto o futuro professor secundário como o futuro pesquisador, tenham uma sólida formação que se inicia com uma **teoria sobre a sociedade**. É necessário que o estudante saiba que ele é um ser social, socialmente produzido, que vive socialmente, em uma sociedade de classes, e que esta sociedade não está congelada. Este é o **primeiro eixo** que pode comportar um certo número de disciplinas (que disciplinas são estas é uma questão que os Departamentos de Geografia decidirão).

Um **segundo eixo** refere-se ao conhecimento da **prática dos geógrafos**. O estudante precisa ter uma sólida base sobre a evolução da prática teórico-empírica dos geógrafos desde a Antiguidade, passando pela era dos descobrimentos, pela geografia determinista, possibilista etc. Quero crer que o estudante precisaria não apenas situar-se historicamente mas também situar historicamente a geografia.

Um **terceiro eixo** diz respeito à **teoria geográfica**.

É bom não confundir este eixo com o segundo. O que é teoria geográfica? É aquela teoria que refere-se aos conceitos e idéias estruturadas a respeito de organização espacial, região, lugar, paisagem etc. E aqui vale um comentário. Não é possível abandonar a teoria geográfica, admitindo-se que é suficiente uma teoria sobre a sociedade. Não acredito que haja uma única ciência social concreta, mas sim que haja várias ciências sociais cada uma com sua **objetivação própria** (a organização espacial no caso da geografia) mas com um **objetivo comum**, a sociedade.

Estes três eixos são comuns ao licenciado e ao bacharel, podendo variar a intensidade com que as diversas disciplinas de um ou outro eixo sejam ministradas a um ou a outro estudante.

Um **quarto eixo** refere-se aos **procedimentos de pesquisa** para o bacharel e à **prática de ensino** para o licenciado (e disciplinas conexas). Em relação aos procedimentos de pesquisa, estes incluem trabalho de campo (aplicação de questionário, de entrevistas dirigidas, observação da paisagem, e elaboração de amostras), tratamento estatístico deste material, cartografia temática, análise em laboratório do material colhido em campo, elaboração de resumos de artigos e livros etc.

Finalmente um **quinto eixo** refere-se às disciplinas substantivas: geografia física, urbana, agrária, regional. Este eixo poderá diferenciar-se conforme tratar-se da licenciatura ou bacharelado. Contudo, é importante que não se perca em dezenas de disciplinas do tipo geografia urbana 1, 2 e 3 etc. Não é com um número enorme de disciplinas que se dará uma boa formação ao licenciado ou ao bacharel. Acho mesmo que é preferível que o aluno tenha 3-4 disciplinas por unidade de tempo (semestre ou ano) do que 5-7. Mas que sejam solidamente dadas, não se perdendo em uma pulverização positivista de numerosas disciplinas.

Um adendo polêmico. Onde fica a geografia física? No meu entender há que se distinguir a geografia física no âmbito de uma análise ambiental, onde o pesquisador, fundamentalmente inteirado na organização do espaço, é capaz de estudar uma bacia hidrográfica e estabelecer as relações entre o uso da terra e as mudanças no processo erosivo, no regime dos rios e no próprio uso da terra. Este é um exemplo de como vejo a geografia física. Isto é diferente da formação de um especialista que saiba fazer datações de transgressões marinhas. De qualquer modo a geografia física para mim constitui-se em algo cujos limites eu não tenho com clareza.

* * * *

- Como você está vendo o curso de mestrado aqui em Florianópolis?

O pouco tempo que estou em Florianópolis permite-me, ao lado de minha vivência como professor-associado (ou algo assim) no mestrado da UFRJ, responder esta questão de modo muito parcial.

Tive contatos com os alunos e foram-me expostos os traba-

lhos que estão fazendo. Percebi que em todos eles, pelo menos os da área da geografia humana, há uma preocupação social, um sentido crítico nas pesquisas em que estão engajados. Todos estão preocupados com os processos de transformação da organização do espaço pelo capital: mudança no modo de vida dos pescadores de Governador Celso Ramos, estudo sobre as relações entre regionalização administrativa e as elites locais, pesquisa sobre as relações entre as transformações na agricultura em área de pequenos produtores, e um estudo sobre a produção de um espaço periurbano elitizado.

Uma observação sobre o mestrado é aquela que se refere aos mecanismos da entrada de alunos: é necessário que ele apresente um projeto de tese, que não precisa ser obrigatoriamente aquele que ele seguirá. Acho isto muito bom porque isto permite ao Departamento de Geografia ter um certo controle dos caminhos que ele **quer** seguir, e ainda que **pode** seguir. Acho que em termos de procedimento acadêmico este é o caminho mais correto: o intercâmbio professor/aluno é mais rico, além do patamar inicial (a entrada do aluno) se dar em um nível mais elevado. Vocês tem apenas dois anos de mestrado. Que floreça e contribua para a compreensão da organização espacial brasileira.

Bibliografia

- CORREIA, Roberto Lobato. Contribuição ao estudo da área de influência de Aracaju. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano 27, nº 2, pp.233-258, 1965.
- _____. Estudo das relações entre cidade e região. In: **1a. Conferência Nacional de Geografia e Cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. p.43-56.
- _____. Agentes modeladores do uso do solo urbano na cidade capitalista. **Reunião de Geografia Urbana da UGI**. Rio de Janeiro, 1979 (texto).
- _____. Repensando a teoria das localidades centrais. In: **SANTOS, Milton (org.) Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

- _____. Algumas considerações sobre análise regional. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano 49, nº 4, pp.47-52, out./dez. 1987.
- _____. A periferia urbana. In: **Geosul**, nº 2, ano 1. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986. pp.71-78.
- _____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1986. (Série Princípios, 53).
- _____. (Coord.). **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE - Ministério da Habitação e Urbanismo, 1987.
- _____. A rede das localidades centrais nos países sub-desenvolvidos. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano 50, nº 1, pp.61-83, jan./mar. 1988.
- _____. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano 50, nº 2, pp.107-124, abr./jun. 1988.
- _____. Carl Sauer e a geografia cultural. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 51, nº 1, pp.113-122, jan./mar. 1989.